

ATA DA 56ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE ÁGUAS SUBTERRÂNEAS - CTAS

Aos dezenove dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e seis, às 10h, por videoconferência através da plataforma Google Meet, ocorreu a 56ª Reunião da Câmara Técnica de Águas Subterrâneas - CTAS, instituída pela Resolução nº 23 de 06 de novembro de 2008, com a seguinte pauta: I. Aprovar a ata da 55ª reunião da CT; II. Apresentação técnica dos principais conceitos empregados na minuta de resolução, que estabelece as diretrizes a serem observadas na prática do rebaixamento de nível de água subterrânea no Estado de Mato Grosso - Vinícius Vieira (AGEMAT); III. Analisar a minuta de resolução, que estabelece as diretrizes a serem observadas na prática do rebaixamento de nível de água subterrânea no Estado de Mato Grosso. Estavam presentes na reunião: Sra. Cleciani Comelli, representante da **SEMA**; Sra. Alessandra Panizi Souza, representante da **APROFIR**; Sr. Vinícius Vieira, representante da **AGEMAT**; Sr. Dione Aparecido Castro, representante da **FAMATO**; Sra. Kálita Cortiana Seidel, representante da **FIEMT**; Sra. Pamela Sangaleti, representante da vaga 02 dos **CBH-RH Amazônica**; Sra. Ethiane Agnoletto, representante da vaga 01 dos **CBH-RH Amazônica**; Sr. Álvaro Fernando Cícero Leite, representante do **IAV**; e, Sra. Danielly Guia da Silva, secretária do CEHIDRO. Inicialmente é posta em deliberação a ata da 55ª reunião da CTAS. Que restou aprovada, por unanimidade, sem nenhuma alteração. Na sequência, foi dada a palavra ao senhor Vinícius Vieira, que realizou apresentação técnica sobre o tema “rebaixamento de aquífero”, abordando conceitos básicos de águas subterrâneas e aquíferos. Foram apresentadas definições de aquífero como formação geológica capaz de armazenar e transmitir água, bem como explicações sobre água subterrânea e sua dinâmica. Durante a apresentação, foram detalhados os principais tipos de aquíferos: porosos, fissurais e cársticos, com explicações sobre suas características, formas de armazenamento e comportamento da água. Também foram discutidos aspectos relacionados à ocorrência desses aquíferos no Estado de Mato Grosso. O expositor esclareceu o conceito de rebaixamento do nível de água subterrânea, definido como a redução artificial do nível freático para viabilizar atividades como mineração e obras civis, destacando a necessidade de sistemas de bombeamento e seus impactos, inclusive na estabilidade geotécnica e nos recursos hídricos locais. Foram apresentados exemplos práticos de aplicação de sistemas de

rebaixamento, incluindo obras de engenharia, mineração e casos reais no Brasil, com destaque para impactos ambientais, como alteração de nascentes e interferência em corpos hídricos. Após a apresentação, os membros realizaram questionamentos e discussões sobre a necessidade de outorga para o rebaixamento, especialmente em atividades de mineração. Foram debatidas diferenças entre grandes empreendimentos e atividades de menor porte, como garimpos, bem como a necessidade de categorização dessas situações para fins de regulamentação. Também foi discutida a possibilidade de interferência entre águas subterrâneas e superficiais, ressaltando a complexidade técnica do tema e a necessidade de, futuramente, avançar para modelos de gestão integrada, embora ainda haja limitações de conhecimento técnico no estado. Na sequência, iniciou-se a análise da minuta de resolução sobre rebaixamento de nível de água subterrânea, com comparação entre versões apresentadas. Foram feitas considerações quanto à redação, abrangência e necessidade de diferenciação entre tipos de empreendimentos e níveis de impacto. Destacou-se a preocupação com a definição de critérios como “rigor técnico”, apontando-se a necessidade de evitar excessiva especificidade na resolução, de modo a não engessar a atuação administrativa, sugerindo que detalhes técnicos sejam tratados em termos de referência ou normativas complementares. Os membros também discutiram a necessidade de diferenciar casos sujeitos à outorga daqueles passíveis apenas de cadastro, especialmente para pequenos empreendimentos, visando garantir viabilidade prática da norma. Ao final, deliberou-se pela continuidade da análise da minuta em reuniões futuras, com amadurecimento progressivo das discussões e possibilidade de participação de outros setores técnicos, especialmente da área de águas superficiais, para contribuir com os debates. Nada mais havendo a declarar a Presidente encerrou a reunião às 11h24min. e eu, Danielly Guia da Silva, lavrei esta ATA.

Alessandra Panizi Souza

Presidente da Câmara Técnica de Águas Subterrâneas